

A Qualidade na Televisão para Crianças

Quality in Children's Television

Sara Pereira

Instituto de Estudos da Criança

Universidade do Minho

2005

Resumo

Este artigo procura reflectir sobre o conceito de qualidade ao nível da televisão para crianças e identificar um conjunto de critérios que permitam reconhecer e avaliar (ou promover) uma programação televisiva de qualidade para o público mais jovem. Esta análise baseia-se quer nos contributos de diferentes autores que têm estudado a qualidade no meio televisivo, quer nas perspectivas de vários profissionais que intervêm e acompanham a programação televisiva para a infância em Portugal. As opiniões destes profissionais foram recolhidas através de entrevistas realizadas no âmbito de um estudo sobre as ofertas e os critérios de programação para a infância dos canais generalistas portugueses. Como veremos, alguns profissionais enfatizam o conteúdo da programação e dos programas, outros os índices de audiência, outros os recursos humanos e técnico, outros ainda os objectivos perseguidos por cada canal.

Abstract

With this presentation we intend to reflect upon the concept of quality with regards to television for children. In addition, we aim to identify a set of criteria which can allow us to recognize and evaluate the quality of programming for younger audiences. This analysis is based both on the contribution of different authors that have studied quality in television and on the opinions of professionals who intervene and pay especial attention to programming for children in Portugal. The opinions of these professionals were collected by interview in the frame of a larger study which focused the offer and programming criteria for children in the Portuguese terrestrial channels. As we shall see, some professionals emphasize the content of television programming and programmes, while others stress the levels of audience, the human and technical resources as well as the goals pursued by each channel.

Descritores

Televisão, programação, qualidade, crianças

Key Words

Television, programming, quality, children

Por todo o mundo, os investigadores têm pintado o cenário da televisão para as crianças com as mesmas tonalidades: maior oferta de programas, devido sobretudo aos canais por cabo, acompanhada de um decréscimo da qualidade e da diversidade ao nível dos géneros, dos formatos, dos conteúdos e dos públicos-alvo; predomínio da animação, principalmente de origem norte-americana e japonesa; abandono gradual de certos géneros, nomeadamente o informativo; grande desproporção entre a oferta de programas de produção nacional e de programas importados; tendência para a emissão de programas associados a um forte *merchandising*. Vários estudiosos têm também alertado para o facto de os programadores optarem por eliminar programas para audiências muito específicas em benefício de outros produtos susceptíveis de interessar a uma audiência mais alargada.

No que diz respeito a Portugal, o sistema televisivo sofreu, no início da década de 90, uma importante reestruturação, passando de um sistema de monopólio a um sistema misto, no qual coexiste o serviço público e o comercial. O fenómeno da concorrência entre os canais, que surgiu com o novo panorama televisivo, contribuiu para a criação de uma cultura televisiva caracterizada pela banalidade e pela superficialidade, ameaçando a qualidade e a diversidade da programação. Neste ambiente, a programação dos canais públicos começou a seguir critérios comerciais e a ceder à lógica dos índices das audiências. Ao nível da oferta dirigida ao público infantil, a tendência foi para os canais generalistas actuarem pela lógica do mercado, pela cópia de ideias e pela aquisição de direitos de adaptação de formatos experimentados com êxito noutros países, em vez de apostarem na originalidade e na imaginação. Prefere-se o sucesso do experimentado por outros ao risco do ensaio próprio. O resultado é, com frequência, o sucesso do reiterado e do medíocre. Os espaços para as gerações mais novas são submetidos à dialéctica entre a originalidade criativa e a serialização industrial e de mercado. Quando um programa alcança êxito num canal, imediatamente os demais passam ‘ao ataque’ com outros programas que tratam de imitar o tema, o formato, os objectivos e conteúdos. Aproveita-se o exemplo alheio e o ‘efeito locomotiva’ para retirar audiência ao canal que lançou o programa e para criar audiência própria. Deste modo, está-se perante uma programação que, apesar da diversidade de canais, oferece programas similares, ou seja, oferece mais do mesmo.

Tendo presente esta conjuntura e atendendo à importância que a televisão assume na vida quotidiana das crianças, torna-se necessário, talvez mais do que nunca, reivindicar uma oferta televisiva para os mais novos que aposte na diferença e que se pautar por critérios de qualidade.

Embora a definição e avaliação do que é qualidade varie nos diferentes canais e dependa de diversos factores, entre os quais a natureza pública ou privada da empresa, não tomamos esta abordagem em termos de uma oposição entre serviço público e privado, até porque consideramos que a qualidade não é necessariamente antagónica da vertente comercial. Pretendemos determinar o que é a qualidade de uma programação pensada e difundida para esta ‘audiência especial’ (Dorr, 1989), independentemente do serviço televisivo que a oferece.

1. O conceito de qualidade no meio televisivo

A noção de qualidade está historicamente ligada ao conceito de serviço público; entre os princípios básicos que o definem, encontra-se o da qualidade. Contudo, o discurso que apresenta a qualidade como um elemento fundamental da televisão pública não tem dado resposta aos problemas que este conceito levanta nem tem apresentado elementos que permitam desenvolver este critério no meio televisivo.

Apesar do debate sobre qualidade em televisão admitir a dificuldade em definir este conceito e as formas de o atingir, torna-se necessário estabelecer um conjunto de critérios que permitam operacionalizá-lo. E, de facto, dispomos actualmente de diversas abordagens, propostas pela investigação, de variadas reflexões e perspectivas que nos ajudam a diminuir a subjectividade ligada ao conceito.

As várias perspectivas sobre os critérios a ter em conta para definir, desenvolver e avaliar a qualidade em televisão introduzem, quase sempre, elementos diversificados, mas também coincidem numa série de aspectos, muito embora lhes dêem ênfases diferentes. Muitas das reflexões e das investigações defendem, por exemplo, que o sistema televisivo deve oferecer uma programação vertical e horizontal heterogénea, que contemple uma ampla gama de programas, distintos em termos de géneros, no que respeita ao conteúdo, tipologias, estilos, posições e opiniões expressas. Nessa gama de programas, aparecem frequentemente mencionados os que se destinam especificamente ao público infantil. Ou seja, a programação para a infância aparece como um critério de

avaliação da qualidade no meio televisivo, particularmente dos canais de serviço público. Porém, a mera existência de um espaço para os mais novos nada nos diz sobre as suas características. E, na nossa opinião, mais importante do que o número de horas de programação, são os conteúdos dessa programação – não tanto o ‘quanto’, mas ‘o quê’.

Um aspecto que nos parece importante realçar neste âmbito, e que estas diferentes abordagens têm implícito, é a noção defendida por Rosengren e colegas (Rosengren et al., 1990; Hillve, Majanen e Rosengren, 1997) de que a qualidade é um conceito *relacional*, na medida em que, quando se fala em qualidade em televisão, se faz mais referência a uma *relação* do que a uma série de elementos fixos. Como explica o autor sueco, “*trata-se antes de tudo de uma relação entre, de um lado, diversas características e, do outro, um conjunto de normas e de valores que caracteriza uma determinada sociedade num determinado momento.*” (Rosengren et al, 1990). Ou seja, qualquer avaliação da qualidade deve ser produzida no contexto definido pelas próprias tradições relativas aos géneros televisivos e às práticas profissionais, por um lado, e ter em conta os valores e as normas vigentes nessa sociedade, por outro. Como referem Lasagni e Richeri (1995), o que é explicitamente ou implicitamente considerado como qualidade num certo contexto social pode ser menos – ou não ser – num contexto diferente; a qualidade de uma programação pode ser julgada de diversas formas e tomar significados diferentes, de acordo com o que vai ser apreciado, com as motivações e as necessidades dos receptores, além das intenções dos emissores de televisão.

Assim, a qualidade em televisão deve ser identificada através de um número de critérios gerais aplicados à programação, à natureza particular dos produtos e à heterogeneidade da audiência.

A diversidade é considerada por vários autores (nomeadamente Hillve, Majanen e Rosengren, 1997) como um elemento, uma característica da qualidade, ou seja, como um critério geral para estabelecer e avaliar a qualidade de uma programação. O seu oposto é a concentração e a uniformidade. De acordo com estes estudiosos, a diversidade tem a vantagem de se poder medir com uma certa precisão, sendo possível recorrer a vários índices e indicadores para a avaliar no plano da programação televisiva. São referenciados, nomeadamente, a hora de emissão de um determinado programa, os recursos económicos e profissionais destinados a diferentes tipos de

programas, o tempo e espaço dedicado a um determinado grupo social ou étnico, entre outros indicadores. A análise destas dimensões indica-nos que a diversidade não se refere apenas à variedade ou multiplicidade de programas mas engloba também um conjunto amplo de variáveis que se baseiam no reconhecimento da complexidade da realidade social e da existência de diferentes e variados interesses.

Quanto ao modo de avaliar a qualidade, Lasagni e Richeri (1995) referem que a análise de conteúdo tem sido um dos instrumentos mais utilizados para proceder à avaliação sobre a qualidade de uma programação ou de um programa. Porém, observam aqueles autores, para além das perspectivas dos investigadores e da legislação, há que considerar que o conceito de qualidade pode também ser estudado do ponto de vista do espectador e do ponto de vista dos profissionais do meio televisivo.

2. A qualidade na televisão para crianças

A qualidade é uma das questões mais significativas envolvidas no debate sobre televisão para crianças, sendo diversas, e até mesmo contraditórias, as perspectivas sobre os critérios a ter em conta para a definir e identificar.

Na discussão sobre televisão para crianças, a questão da violência aparece, com frequência, como o elemento principal para avaliar se um programa é ou não de qualidade, alertando-se para a falta – ou incumprimento – de legislação que regule a oferta televisiva em geral, e, em particular, a que se destina às crianças. Porém, a avaliação da qualidade não se pode reduzir a um único critério (Rosengren, 1990). A ausência de violência não é a única condição para garantir que um programa é de qualidade, há outros atributos igualmente importantes na sua avaliação.

Os argumentos que recorrem apenas ao critério ‘violência’ para avaliar a qualidade enquadram-se com frequência numa visão proteccionista de infância, supondo que uma programação de qualidade deve ser correctiva dos gostos das crianças. Estas aparecem a gostar de programas que, do ponto de vista do adulto, são supostamente ‘maus’ para elas. A este propósito, Buckingham (1999: 53) afirma ironicamente que *“desta perspectiva, não é só a televisão que precisa de regulação mas também as crianças (e os seus pais)”*.

Apesar de a violência aparecer frequente e recorrentemente como o tópico central nas discussões sobre a relação crianças – televisão e sobre os programas para crianças, este

factor dissimula questões mais amplas relacionadas com a qualidade, a diversidade, a identidade cultural e a regulamentação da televisão para crianças. Nos estudos sobre qualidade, estes tópicos aparecem inter-ligados. A diversidade e o respeito pela identidade cultural surgem como componentes da qualidade e a legislação como um dos factores que a influencia directamente.

Nos debates sobre a oferta televisiva para as crianças, a regulação surge também como uma questão recorrente ligada à qualidade da programação. Discute-se não só a necessidade de mais legislação que regule os conteúdos e proteja os interesses dos telespectadores mais novos, com vista a uma programação de qualidade, como também a necessidade de cumprimento da legislação existente.

Mesmo ao nível da legislação, a existência de leis e de normas não é suficiente para se obter os resultados desejáveis, é também necessário garantir a sua aplicação.

As escassas pesquisas que se debruçaram sobre a qualidade na televisão para crianças (cf. Nikken, 1999; Alexander *et al*, 1998), consideraram fundamental que a programação tivesse como preocupação central a criança e o seu bem-estar, procurando atender às necessidades e aos interesses do público mais novo, aos diversos contextos de vida e aos diferentes níveis de desenvolvimento pessoal, social e cultural.

3. A qualidade na perspectiva de profissionais ligados à televisão para crianças

A análise das entrevistas realizadas a profissionais e a representantes de organismos ligados à concepção, produção, difusão, regulação, observação e estudo da televisão para crianças oferece-nos pontos de vista diversos e, por vezes, contraditórios, relativamente à programação para a infância, sobre as suas tendências, os seus conteúdos, sobre o que deve ou não deve ser feito nesta área. O que parece certo é a importância que lhe é atribuída. Todos concordam que a audiência infantil é ‘uma audiência especial’, com características específicas, que a distingue da audiência adulta. O que é mais controverso é quando estas características são entendidas como interesses ou desejos que as crianças podem não possuir conscientemente, mas que lhes são atribuídos pelos programadores com o objectivo de promover o bem-estar dos mais novos; ou então, como interesses expressos nos índices de audiência, que são, frequentemente, o alicerce das políticas de programação dos operadores privados.

Relativamente ao tópico ‘qualidade’, encontrámos nas entrevistas diferentes pontos de vista sobre o assunto. A análise dos testemunhos recolhidos permitiu-nos, todavia, agrupá-los. Assim, no que diz respeito às características que uma programação de qualidade deve possuir, os testemunhos recolhidos apontam basicamente para duas perspectivas: uma, defendida sobretudo pelos profissionais das televisões privadas e a outra, partilhada pelos profissionais da televisão de serviço público e pela generalidade dos restantes entrevistados.

Os que assumem a primeira perspectiva consideram que “*a audiência é o único aferidor da qualidade de uma série ou de um produto televisivo. Um bom programa é um programa que resulta bem nas audiências*” (director de programas internacionais do canal SIC). Defendendo que “*os critérios sobre a qualidade são tudo menos unânimes, tudo menos consensuais*” e que “*os meus [do programador] critérios de qualidade, por mais que os defina, são sempre diferentes dos critérios que aplico*”, dizem preferir orientar-se pela resposta que recebem dos públicos para quem programam e que lhes chega através da medição das audiências. Como características principais de uma programação que consegue captar e cativar o público infantil, apontam o entretenimento, a diversão, a brincadeira, a oferta de programas que, como diz um produtor, “*envolvam as crianças no mundo da magia*”. A equipa de produção de um programa infantil – o *Batatoon* - emitido no canal privado TVI, sugere a imagem de um parque infantil para definir o que consideram um bom programa para crianças: um espaço de recreio, de pura diversão, com muita brincadeira, como procuram que aconteça no programa que produzem – “*brincar, brincar, brincar*”.

A segunda perspectiva baseia-se na ideia de que a audiência não deve, obviamente, ser esquecida e ignorada, até porque, como defendeu uma produtora, “*sem público não existia nada disto*”. No entanto, não deve ser o único critério que deva regular uma programação. Esta perspectiva considera que a qualidade na programação para as crianças deve ser identificada através de um conjunto de critérios gerais. Não deixando de parte a componente lúdica e o entretenimento, que a primeira perspectiva toma como critério principal, esta segunda perspectiva introduz, relativamente à primeira, outros elementos que considera igualmente importantes e relevantes. Defende uma programação que alie as componentes formativa e pedagógica às componentes lúdica e de entretenimento, que atenda ao envolvimento afectivo, emocional e de prazer que a

criança estabelece com a televisão. Os profissionais que adoptam esta perspectiva consideram que uma programação de qualidade para as crianças deve:

- oferecer uma diversidade de conteúdos, origens, formatos, personagens e géneros;
- atender à diversidade de públicos dentro do público infanto-juvenil, apostando especificamente na faixa etária do pré-escolar;
- ter qualidade estética;
- ter horários de emissão ajustados aos horários em que as crianças estão, à partida, disponíveis para ver televisão;
- associar a componente pedagógica com a componente lúdica e de entretenimento;
- ser formativa e informativa;
- apostar fortemente na produção nacional;
- ajudar a criança a construir a sua identidade sócio-cultural;
- sensibilizar as crianças para o mundo das artes, estimulando-as para as suas diferentes expressões: música, dança, pintura, teatro;
- oferecer produtos que respondam – e fomentem – a curiosidade e a imaginação das crianças;
- desenvolver o espírito crítico.

Se bem que esta listagem contemple já um conjunto alargado de critérios que podem contribuir tanto para avaliar a qualidade na programação para a infância, como para a desenvolver, há, com certeza, outros requisitos igualmente importantes que a podem integrar. Há, inclusive, alguns factores que não foram explicitamente mencionados pelos entrevistados mas que estão implícitos nos seus discursos, tendo alguns deles surgido na discussão de outros tópicos. Estamos a referir-nos, concretamente, à ‘aposta na produção nacional’ que tem um outro critério que lhe é correlativo – proporcionar às crianças acesso à produção de uma diversidade de proveniências e contextos culturais. Ao colocarem a tónica na aposta em programas nacionais os nossos interlocutores não estão a fechar o ecrã a produtos de outras origens. Estão antes a enfatizar uma vertente que tem sido pouco valorizada por todos os canais. No período em estudo (1992 - 2002) registou-se um predomínio de programas estrangeiros nas grelhas de programação dos canais generalistas portugueses, com o Japão e os EUA a ocuparem uma posição hegemónica. Aqui, como em outros aspectos, o que importa realmente é oferecer uma

diversidade de opções. Em todo caso, convém explicitar, nem a produção nem a oferta de produtos locais asseguram ou fundamentam, por si mesmas, um critério de qualidade.

No que diz respeito à qualidade estética dos programas, quem a nomeia refere-se à importância de as crianças terem acesso a vários tipos de linguagens no que diz respeito à expressão gráfica, à narrativa, e à expressão musical, contrariando a veiculação de determinados estereótipos.

A qualidade da programação requer não só um conjunto de valores e de princípios ao nível dos conteúdos, mas também um sentido de responsabilidade para com o público infantil, baseado no cumprimento da legislação existente, na adesão a normas profissionais específicas, bem como no reconhecimento e no respeito de valores e práticas sociais mais amplas da sociedade em que se inserem.

De realçar a importância que vários profissionais atribuem a uma programação que proporcione às crianças a abertura ao mundo, que promova o conhecimento do meio mais próximo ao mais distante, dos outros e de si próprias. Eis dois depoimentos que se enquadram nesta perspectiva:

“Parece-me importante haver alternativas à questão da animação naquela sucessão frenética de personagens. Eu acho que os miúdos têm muita curiosidade pelo mundo e que uma programação devia contemplar essa disponibilidade para eles conhecerem o mundo. Mas teria de ser feita não na via da escola. Acho que a televisão é um meio que tem um potencial estético e de construção de imagens, uma capacidade de satisfação da curiosidade pelas coisas, pelos processos transformativos, pelas coisas científicas, que são coisas que exigem um certo rigor”. (Depoimento de uma investigadora)

“Gostava muito de ter uma televisão com grande ideia de pluralidade, que desse às pessoas uma visão muito aberta do mundo; gostava que as pessoas fossem capazes de nunca abraçar nada e de estar sempre de braços abertos para tudo e soubessem evoluir, tendo em conta que o mais importante do mundo são as pessoas e, portanto, é com elas que nós temos de ter atenção e temos de aceitá-las com os momentos que elas têm”. (Depoimento da directora do Departamento de Programação Infanto-Juvenil da televisão pública - RTP)

Neste âmbito, não podíamos deixar de apresentar o contributo de uma produtora portuguesa de programas infantis pela relevância ao nível da produção para crianças. Esta produtora defende que muitas crianças vêem e conhecem o mundo (apenas) através

do ecrã televisivo e que esse mundo e essa realidade que a televisão medeia são planificáveis. As crianças, diz, *“deixam de ver o mundo em três dimensões, não existe a textura nem a ambiência”*. Os programas infanto-juvenis devem, então, *“oferecer mais qualquer coisa para além do mundo em plano - informar as crianças, os jovens e os pais que há outras coisas para fazer. Desde a Quinta Pedagógica, à Videoteca, ao teatro, aos espaços livres... Tentar que os miúdos e os jovens tenham outras apostas de vida, olhar para a natureza, olhar para as pessoas, olhar para o mundo real cá de fora. A própria televisão deve dizer «saíam de casa, saíam da televisão, vejam o que se passa lá fora» (...) Deixar o ecrã e ir para a realidade da textura, da ambiência, do cheiro, do toque, pegar no livro, na caneta, o tocar, o olhar, o estar com”*. Neste sentido, é importante que a televisão desperte as crianças para o mundo que as rodeia - saindo dos estúdios para lhes mostrar esse mundo - e que as estimule a ‘ouvir’ – ‘ouvir e ver’ o mundo e a própria televisão. Neste critério de ‘abertura ao mundo’, sublinhado por muitos entrevistados, gostaríamos de incluir a importância de informar as crianças sobre o que se passa nesse mundo, ou seja, a abertura à actualidade. A informação pensada e concebida especificamente para o público infantil, que constituiu, durante anos, uma aposta da televisão pública portuguesa, foi desaparecendo gradualmente das suas grelhas de programação. Ora, a explicação dos principais acontecimentos da realidade social, numa linguagem acessível às crianças, que contextualize sem infantilizar, para ajudar a compreender o mundo, reveste-se de particular importância para a construção da cidadania dos mais jovens, devendo assumir, a nosso ver, uma das principais funções da estação de serviço público. Esta dimensão – educação para a cidadania – constitui um dos objectivos da educação para os media que visa desenvolver nas crianças o sentido da participação no mundo em que vivem, de forma livre e responsável, proporcionando-lhes uma melhor compreensão desse mundo e da sua condição de cidadãos. Daqui sobressai, uma vez mais, a importância dos produtos pensados e produzidos localmente, que, neste caso, permitam aos mais pequenos conhecer o mundo mais próximo e mais local – que os programas produzidos noutras ‘paragens’ dificilmente contemplarão – mas também o mundo mais distante e mais global.

Uma outra questão que nos parece fundamental considerar no cruzamento desta reflexão sobre a qualidade e a panóplia de meios que as crianças têm actualmente à sua

disposição, foi levantada por um crítico de televisão: *“como é que se faz televisão para esta nova geração, que é a geração que está no quarto, que tem o computador ligado na Web, que tem também a televisão ligada... é outra coisa completamente diferente. Temos aqui o desenho daquilo que vai ser complicado para os programadores de televisão desta década”*. Este cenário, que aponta para um tipo de criança e de estilo de vida específicos e diz respeito sobretudo à faixa etária da pré-adolescência e da adolescência, começa a caracterizar, cada vez mais, a realidade dos lares portugueses, sobretudo dos que são habitados por crianças e jovens. As crianças portuguesas, como as dos países economicamente desenvolvidos, têm hoje acesso a uma panóplia de meios que, naturalmente, influencia a sua relação com a televisão, não só em termos de tempo de consumo mas também no que diz respeito ao tipo de conteúdos, género e formato de programas que elas procuram e preferem. Estes bens simbólicos estão disponíveis a partir das suas casas e, em muitos casos, a partir dos seus próprios quartos, o que sugere uma mudança nas formas de consumo televisivo. Ou seja, passa-se do ‘ver televisão em família’ para um uso mediático cada vez mais privatizado e individualizado, conduzindo, no que às crianças e aos jovens diz respeito, ao que Sónia Livingstone (2002) chama de ‘cultura do quarto’ (‘bedroom culture’).

De facto, será hoje um desafio programar para as gerações mais novas que têm, no seu quarto, televisão, vídeo, consola de jogos, computador, acesso à Internet, HiFi, entre outros meios. Pelo que apurámos através da realização das entrevistas, os profissionais responsáveis pela programação não estão alheios ao novo cenário que configura a vida dos mais jovens. E é precisamente pela possibilidade, cada vez mais crescente e alargada, de acesso a novos meios que aqueles definem os telespectadores mais novos *como “zappeurs incorrigíveis, mais exigentes e mais difíceis de satisfazer”*.

4. Linhas de acção para uma programação de qualidade

Terão os cidadãos – adultos e crianças – alguma margem de manobra face à programação que lhes é oferecida? Que margem de acção lhes é concedida e que margem de acção é conquistada?

Neste último ponto, vamos referir-nos às linhas de acção que a análise das entrevistas permitiu identificar como essenciais para alcançar uma programação com padrões de qualidade. Algumas dessas linhas decorrem da lei, outras são contratuais e outras são

totalmente voluntárias. São elas a regulação e a auto-regulação, a montante da emissão; e a mediação e a educação para os media, a jusante da emissão, ao nível da recepção, portanto. A ideia intrínseca a estas vertentes de acção é a da interacção entre a televisão e a sociedade.

4.1. Regulação e auto-regulação

A legislação aparece como uma medida necessária e importante para regulamentar a actividade televisiva, havendo a manifestação de algum desagrado, por parte de alguns entrevistados, em relação aos mecanismos existentes para supervisionar a sua aplicação e o seu cumprimento. Os entrevistados não referem a necessidade da criação de mais medidas regulamentares, falam antes da necessidade do cumprimento estrito da lei existente, de mecanismos de regulação mais eficazes e, sobretudo, de processos que agilizem a aplicação do regime sancionatório.

Os próprios profissionais dos organismos reguladores e fiscalizadores – Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) e Instituto de Comunicação Social (ICS) – consideram a necessidade de haver formas mais eficazes de actuação no caso do incumprimento da lei pelos órgãos de comunicação social. A Presidente do ICS, acrescenta ao quadro de regulação a própria sociedade civil que, em seu entender, se deve mobilizar no sentido de responsabilizar mais os operadores e os respectivos utilizadores. Diz-nos a representante daquele organismo a este propósito:

“nós temos poucos mecanismos de compensação ao nível da sociedade civil e isso também não facilita. Para além da intervenção do órgão regulador, é bom mobilizar a sociedade civil, para que ela própria também esteja atenta para ver aquilo que quer ver e que não quer ver no ecrã televisivo. Nós temos pouca tradição de intervenção cívica. (...) Independentemente da intervenção do regulador, há aqui uma outra esfera que eu acho importante, que vem de baixo para cima, se quiser, que vem da sociedade e que representa, a cada momento, o contrato social, digamos assim, os costumes, aquilo que é o standard do que as pessoas efectivamente são capazes de aceitar ou rejeitar”.

Alguns entrevistados defendem a constituição de movimentos ou grupos de pressão na sociedade civil que acompanhem, observem e analisem a oferta televisiva para as crianças, no sentido de garantir uma programação adequada às exigências, necessidades

e interesses do público infantil. O papel destes grupos poderá ser tão ou mais relevante, no entender dos entrevistados, do que a elaboração de mais regulamentação.

As perspectivas destes interlocutores são defendidas por autores como Hoffman-Riem (1993) e Jay Blumler (1993). O primeiro autor, professor da Universidade de Hamburgo, considera que, para além de um modelo de regulamentação normativa e de controlo, que pressupõe a existência de legislação e de órgãos específicos de controlo, pode ter vantagens o modelo de referência estrutural, que exerce uma influência mais indirecta sobre a programação, concretizando-se ao nível da auto-regulação. Relembremos que Wolton (1993), Popper e Condry (1995) consideraram também a auto-regulação a forma mais adequada e mais eficaz de controlar a actividade televisiva por derivar de um compromisso voluntário dos agentes envolvidos na actividade que se propõem regulamentar.

Hoffman-Riem e Blumler falam também das vantagens de transferir esta função de regulação para a sociedade civil, sugerindo que os telespectadores se organizem para discutir as práticas e os critérios de programação. Os grupos de pressão são, à partida, formados a partir de uma partilha de pontos de vista, neste caso, relativamente aos critérios orientadores da programação. Neste sentido, esses grupos podem assumir um papel mediador entre a sociedade e os media e desempenhar um nível básico de intervenção e de influência no que diz respeito às práticas dos operadores televisivos. Assim, não obstante a importância e utilidade dos instrumentos legais, a responsabilidade social que a sociedade reclama da televisão, requer que se encontrem novas formas de acompanhamento.

4.2. Mediação e educação para os media

A mediação e a educação para os media surgem como linhas de intervenção sócio-educativa que podem exercer uma influência indirecta sobre as emissões de televisão. É sobretudo através destas vertentes de acção que todos nós, cidadãos, podemos, de algum modo, ter (ou conquistar) alguma margem de manobra em relação à televisão.

Enquanto o processo de mediação surge muito ligado ao contexto familiar, a educação para os media aparece mais associada ao contexto escolar. E, embora lhes seja atribuído um papel coincidente – educar as crianças para um uso crítico e criterioso da televisão – a mediação aparece sobretudo como um processo para acompanhar e explicar os

conteúdos televisivos, por parte dos pais, enquanto a educação para os media figura como uma acção a desenvolver pelos diferentes agentes educativos com o objectivo de promover uma compreensão crítica dos meios de comunicação e de informação, procurando fazer emergir telespectadores mais competentes, com capacidades e atitudes activas e críticas.

Tal como é preconizado pelos investigadores que estudam a interacção da família com a televisão (entre outros, Morley, 1986; Lull, 1990; St Peters, 1991; Pereira, 1999), o papel mediador da família e da escola em relação à televisão é mencionado pela grande maioria dos entrevistados como uma prática de particular significado para as experiências televisivas das crianças, podendo ser determinante na forma como elas interpretam, compreendem e se apropriam dos conteúdos televisivos, e nas aprendizagens que podem realizar através da televisão.

Os profissionais das estações privadas apelam frequentemente à necessidade de os pais mediarem o que os seus filhos vêem na televisão, no sentido de os proteger de conteúdos eventualmente nocivos e de lhes explicar o que vêem. Também os profissionais da estação pública defendem que os pais não se podem demitir do papel de mediadores, não devendo simplesmente ‘entregá-los à televisão’. Embora se compreendam estes pontos de vista, parece-nos, no entanto, que eles têm implícita uma forte crença de que é à sociedade – neste caso, à família, aos agentes educativos e a outros adultos significativos na vida das crianças – que cabe escolher o que interessa e evitar ou defender-se daquilo que possa ser prejudicial.

É certo que a televisão, mesmo desempenhando um papel relevante no desenvolvimento infantil, não pode substituir a função de outras instituições de socialização, nem estas podem abdicar, para a televisão ou para os media em geral, do seu importante papel de agentes educativos e formativos. Porém, parece-nos também fundamental que os operadores televisivos tenham presente que a instituição em que trabalham e que diariamente constroem, é também uma “instituição social” (McQuail, 2003), com os seus próprios princípios e com as suas regras e práticas, mas sujeita a limitações e a normas no contexto da sociedade. Nesta linha, seguindo as orientações do paradigma da responsabilidade social, o direito dos media à liberdade de expressão e de publicação “*é acompanhado por obrigações para com a sociedade geral que vão além do interesse*

próprio. Pretende-se uma noção «positiva» de liberdade, envolvendo finalidades sociais” (McQuail, 2003: 163),

Não queremos com isto dizer que os profissionais entrevistados, que trabalham no meio televisivo, rejeitem por completo o papel de ‘instituição social’ com responsabilidade pública. Queremos apenas salientar o facto de sobressair nos seus discursos, por vezes, uma preocupação mais pelos interesses da empresa televisiva do que pelos da sociedade. Entre os diferentes entrevistados, há, de facto, que reconhecer linhas de pensamento divergentes sobre a relação entre a televisão e a sociedade, embora admitamos que a diferença de perspectivas possa ser mais notória pelo facto de estarem em causa considerações relacionadas com as crianças. O que nos parece evidente é que aqueles que colocam a ênfase nas leis do mercado, definindo o interesse público como o que interessa ao público, apenas se interessam pelos índices de audiência, não tendo em conta, nem os diferentes contextos de recepção, nem os modos diversos de ser criança, nem as diferentes modalidades de consumo televisivo.

Dada a diversidade de agentes envolvidos (ou com responsabilidade) na relação crianças – televisão, é importante e útil a nosso ver, pensar numa linha de responsabilização mútua, embora assumida de formas distintas e desenvolvida através de diferentes procedimentos. O depoimento de um crítico de televisão sintetiza bem a nossa perspectiva, e a da maioria dos entrevistados, de uma responsabilização múltipla e mútua relativamente ao binómio crianças– televisão:

“Estas questões são muito complicadas porque é muito difícil generalizar. Não conhecemos todas as formas como as crianças vêem televisão e elas fazem-no de diferentes maneiras. Há um aspecto que me parece fundamental: é que não se pode responsabilizar apenas a televisão, temos de responsabilizar quem, de acordo com a lei, é responsável por essa educação, que são os pais, os educadores, os professores, principalmente os pais ou, na ausência deles, quem tiver a tutela das crianças. Esse é um aspecto que me parece fundamental. Não se pode responsabilizar em exclusivo as televisões, tem que se responsabilizar os pais, e esse aspecto tem de se sublinhar, os pais são sempre responsáveis. Não podem ligar a televisão e ir-se embora para a cozinha ou para a sala ou para as compras.”

A Educação para os Media é mencionada por um número reduzido de entrevistados. No entanto, quem a sugere, fá-lo com grande convicção e de forma bastante incisiva.

Os entrevistados apelam para esta acção pedagógico-didáctica primeiramente como um meio de formação do telespectador crítico. Nesta linha, considera-se necessário e

desejável “aprender a ver televisão” e “ensinar a ver televisão”. Esta acção, sugerem, deve ser realizada primordialmente pelas instituições educativas. Espera-se que os profissionais de educação sejam capazes de tirar partido da experiência televisiva das crianças, no sentido de promover atitudes e comportamentos pautados por uma crescente exigência sócio-moral e estética, bem como por um espírito crítico e interventivo face à televisão.

A Presidente do Instituto de Comunicação Social foi uma das interlocutoras que mais enfatizou esta vertente. Como o seu depoimento abaixo transcrito evidencia, esta responsável, tomando como pontos de partida o impacto que os media têm na sociedade, o papel que exercem enquanto instituição principal de ocupação dos tempos livres dos cidadãos, a importância que assumem no processo de socialização dos mais novos e ainda a sua importante acção de construção da realidade social, defende que não é possível, hoje, ficar-se indiferente a esta realidade nem ignorá-la ou fazer de conta que ela não existe. Neste sentido, o melhor caminho a percorrer é o da formação do cidadão e do consumidor através dessa acção pedagógica designada de educação para os media:

“A regulação deve ser complementada por outra coisa importante, que é essencial hoje em dia: as crianças crescem rodeadas de uma envolvência mediática pelo que era bom que elas aprendessem a decodificar os media e a viver com eles, a retirar deles aquilo que têm efectivamente de positivo e a saber também rejeitar claramente aquilo que deve ser rejeitado. Eu não tenho dúvidas quanto a isso. Nós temos de formar cidadãos responsáveis e intervenientes e eu acho que esse é o primeiro passo para que as pessoas se organizem e sejam capazes de recusar determinados produtos na televisão. No momento em que as crianças tenham isso como currículo escolar e, de alguma maneira, pode ser um currículo escolar com uma componente lúdica muito importante e transversal, porque hoje os saberes estão acessíveis nessas plataformas, acho que isso tem um efeito que é imediato. Mas também tem um efeito mediático importante as pessoas saberem como lidar com os media, como ouvi-los, como lê-los, como decifrá-los, etc., o que me parece essencial para o nosso posicionamento no mundo; faz parte da nossa integração na comunidade, porque a comunidade, a polis, hoje não existe sem essa carga imensa que nos vem através dos media; ela faz de tal maneira parte da vida que é um pouco fragilizante estar a amputar essa parte como um possível ramo do saber e, sem dúvida nenhuma, que as apostas na infância têm o seu reflexo mais tarde” (Presidente do Instituto de Comunicação Social).

Uma opinião convergente com a que acabámos de ler é a de uma investigadora que defende igualmente a integração da Educação para os Media nos currícula escolares mas considera que esta vertente deve também ser desenvolvida pela própria televisão através

de programas concebidos e produzidos com esse objectivo. Esta ideia parece-nos particularmente interessante e importante, na medida em que nem todas as crianças encontram no seu contexto familiar um meio favorável, sensibilizado ou motivado para a ocorrência da mediação - nem todos os pais estão conscientes do seu papel de mediadores - verificando-se o mesmo em relação ao contexto escolar e aos professores, no que diz respeito à Educação para os Media.

Seria, portanto, muito vantajoso, do ponto de vista destes entrevistados, e também do nosso, que as crianças pudessem encontrar na televisão que lhes é dirigida um espaço que as ajudasse a “aprender a ver televisão”¹.

Considera-se, assim, que, a longo prazo, o processo de mediação e a Educação para os Media possam contribuir para a formação de públicos mais informados, mais críticos, selectivos e criteriosos, que vão também exigir uma programação exigente e de qualidade.

5. Em síntese

Na opinião dominante dos entrevistados, uma programação que se oriente pela exigência e pela excelência aposta na diversidade, a vários níveis – dos conteúdos, dos formatos, dos géneros, da origem, das técnicas e do público. Uma oferta televisiva que se pautar por aqueles padrões proporciona ao seu público-alvo o contacto com uma pluralidade de situações e de problemas que permitam enriquecer o seu processo de desenvolvimento e de socialização; oferece-lhes programas que lhes proporcionem um alargamento de contextos e de referenciais relativos à diversidade de situações, figuras e experiências do quotidiano, quer programas que lhes proporcionem a viagem por mundos e aventuras que a vida quotidiana por regra não faculta.

A grande maioria dos entrevistados supõe uma correspondência entre serviço público de televisão (SPT) e qualidade da programação e, apesar de considerar que esse serviço pode ser extensível a todos os operadores, defende que deve ser uma responsabilidade e uma prioridade da televisão pública. Embora admita compreender a lógica de mercado, considera que as regras da oferta e da procura não devem ser o único critério de acção social dos operadores. Não obstante a liberalização do mercado, a programação televisiva, especialmente a que é dirigida a um público que está em desenvolvimento, e independentemente de ser emitida por operadores públicos ou privados, deve ser

balizada, segundo aqueles entrevistados, por um conjunto de preocupações de natureza cívica, cultural e educativa. Em todo o caso, atribuem ao operador público um conjunto de obrigações específicas. Os próprios profissionais da televisão pública aceitam a atribuição destas obrigações, sentindo a responsabilidade de oferecer às crianças uma programação que possa ser alternativa à das estações privadas, capaz de interessar e de ir ao encontro das necessidades e capacidades dos distintos segmentos que compõem a audiência infantil. Para eles, agradar às crianças é uma condição necessária mas não uma condição suficiente. No discurso destes profissionais, depreende-se que as crianças não são encaradas como meros consumidores, mas sobretudo como cidadãos em formação, sendo por isso tão importante, ao nível das suas políticas de programação, aquilo que fazem como aquilo que não fazem nem permitem que se faça nos espaços para os mais novos.

O SPT, estreitamente ligado à noção de interesse público, foi identificado como o garante do pluralismo, da igualdade, da diversidade e da salvaguarda dos direitos e dos interesses de grupos sociais mais vulneráveis, como é o caso das crianças. A televisão pública foi apresentada como a alternativa necessária e desejável ao nível da oferta televisiva para os mais novos, tendo-se verificado um grande consenso acerca dos objectivos para que deve apontar. A maioria dos entrevistados considerou que a programação para a infância deve ser uma das ‘bandeiras’ da televisão pública que, tal como preconiza o mais recente Contrato de Concessão de Serviço Público Português (Setembro de 2003) deve *“contrariar a tendência para a uniformização e massificação da oferta televisiva, proporcionando programas não directamente ditados pelos objectivos da exploração comercial”* (cláusula 6ª, 1a), oferecendo uma programação que respeite, se não mesmo apoie e promova, os valores dominantes na sociedade, dêem expressão à cultura, à língua, às artes, da nossa, mas também de outras sociedades, e atenda às necessidades dos mais novos.

Um outro aspecto muito sublinhado diz respeito à importância dos operadores televisivos apoiarem e incentivarem o sector criativo e da produção. Embora os programas vendidos nos mercados internacionais tenham um certo grau de abertura a outras culturas que não as do país em que são produzidos, precisamente para serem mais vendáveis, um programa produzido localmente poderá aproveitar melhor a diversidade

social e cultural e transmitir essa mesma diversidade. Fechar a televisão ao mercado internacional, para além de irrealista, significava também limitar as vivências das crianças e os seus conhecimentos, bem como não lhes oferecer uma visão pluralista do mundo. Mas, por outro lado, é também importante que a televisão não se feche às produções nacionais mas sim que as proteja e as promova, tal como defenderam vários profissionais entrevistados, inclusive alguns dos que estão directamente ligados ao sector da produção. Atendendo ao panorama que encontrámos ao realizar este estudo – pouca oferta de programas nacionais – o importante seria garantir um equilíbrio entre programas de produção própria e programas estrangeiros, ou seja, oferecer às crianças uma grelha diversificada e equilibrada, o que é, aliás, uma das funções da televisão de serviço público (*Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão*, 2003).

Fazendo uma síntese dos contributos das várias perspectivas, a televisão para crianças pode ser considerada de qualidade se:

- oferecer uma diversidade de géneros de programas, procurando evitar as repetições e a standardização dos formatos, ampliando os temas e as perspectivas apresentadas;
- oferecer uma diversidade estilística, ou seja, programas de diversas origens e estilos, que incorporem características diferenciadoras e valores próprios, diferentes dos modelos standardizados e infinitamente reproduzidos;
- emitir programas que sirvam as necessidades essenciais do público infantil em termos de informação, entretenimento e lazer;
- oferecer produtos que estimulem positivamente a imaginação das crianças, potenciem o seu conhecimento e alarguem os seus horizontes;
- promover o interesse das crianças por outras e diversas actividades educativas, culturais e desportivas;
- oferecer programas que fomentem o conhecimento e o intercâmbio entre diferentes culturas e meios sociais;
- ser diversificada no que respeita ao público, apresentando programas para os diferentes grupos etários que constituem a audiência infantil e que vá ao encontro de diferentes necessidades e interesses;
- atender à diversidade e complexidade das realidades sociais em que as crianças vivem (características demográficas, socio-económicas, étnicas ou geográficas);

distribuir os blocos de programação pelas diferentes faixas horárias, evitando que se concentrem num determinado período, de modo a ir ao encontro da disponibilidade das crianças para verem televisão;

oferecer uma programação regular e estável em termos de horários de emissão.

É evidente que os critérios que sustentam a qualidade necessitam de apoio estrutural para serem desenvolvidos, ou seja, é preciso criar no meio televisivo uma série de condições estruturais básicas que sustentem estes critérios e os promovam. Parece óbvio deduzir que, se essas condições não se verificarem, os critérios anteriormente apresentados não poderão ser desenvolvidos, correndo-se o risco de uma falta ou diminuição da qualidade.

Recorrendo ao trabalho do Broadcasting Research Unit (1989: 31), é possível sintetizar algumas destas condições:

- situação financeira sólida e segura, que proporcione a necessária estabilidade e as possibilidades económicas para desenvolver as estratégias de programação planeadas (considera-se que um dos factores mais importantes que influenciam directamente a qualidade televisiva é o seu financiamento);
- liberdade de distanciamento face à obrigação de maximizar os índices de audiência que permita exercitar as competências e o desenvolvimento de ideias novas e inovadoras;
- equipas de profissionais competentes, talentosos e motivados;
- a produção de programas deve partir de profissionais credenciados em tal actividade e não de agentes para quem os programas são meios para alcançarem fins (esta condição parece-nos particularmente relevante ao nível da televisão para crianças);
- orientação pelo critério da excelência;
- legislação televisiva adequada.

Uma programação com as características apontadas anteriormente, embora tenha, inevitavelmente, uma dimensão formativa, não tem de se pautar, contudo, pela lógica da formação ou da educação, pelo menos desenvolvida a partir de um paradigma escolar. A experiência televisiva envolve frequentemente uma carga de natureza emocional e lúdica que a produção e a programação não podem descurar. Devemos salientar o facto

de nenhum entrevistado ter recorrido ao paradigma escolar para formular um projecto televisivo de qualidade para as crianças, nem ter adoptado esse registo na observação e apreciação do panorama da programação para a infância. Julgamos que as propostas que apresentam permitem, de certo modo, desfazer alguns equívocos que ainda prevalecem em muitos meios, segundo os quais uma programação para crianças só é de qualidade quando é educativa ou modelada pelo referente escolar. Recordamos, a este propósito, a posição de François Mariet, para quem “dizer que a televisão não é educativa, não significa que não se aprenda nada ao ver televisão” (1989: 199), até porque, defende, “toda a televisão pode ser educativa”, se houver um trabalho de retaguarda. Contudo, como escreve Cristina Ponte (1998: 120), *“o problema é que se poderá ter cristalizado uma ideia de oposição entre entretenimento e cultura, como se o entretenimento fosse por natureza acultural, desprovido de significado cognitivo, e a cultura pudesse prescindir do envolvimento afectivo e emocional”*. Quando se considera a relação das crianças com a televisão (quer na vertente da recepção quer na da produção e da programação) a dimensão cognitiva não pode ser isolada da dimensão emocional e afectiva.

É um facto que a televisão forma. Ela possui essa faceta de agente que constrói, enuncia e representa ideias, valores, atitudes, crenças e ideologias num registo que cativa e seduz o público infantil. As mensagens interferem e influenciam o quadro de vida das crianças no seio do qual a televisão assume uma maior ou menor importância. Demarcamo-nos das distintas teorias que colocam a ênfase no poder mediático de condicionamento e de modelação dos comportamentos, contudo, não podemos negar ou subestimar o contributo da televisão, tanto nas atitudes como nas condutas, embora seja necessário entender o seu impacto no quadro mais amplo dos contextos sociais e culturais em que se desenvolve essa actividade.

A televisão é, simultaneamente, expressão e agente das culturas infantis. Por um lado, a sua programação reflecte e (re)produz ideias e representações sobre a infância, as crianças e os seus mundos sociais e culturais; por outro, ela é um agente que participa no processo de socialização das crianças e influencia a forma como elas percebem o mundo em que vivem e a visão que têm de si próprias e dos outros.

Como referimos anteriormente, a oferta televisiva para as crianças não pode deixar de ser considerada, lado a lado, com a crescente institucionalização da infância, com a

panóplia de meios (jogos vídeo de consola, jogos de computador, CD'S, CDROM, Internet) a que muitas crianças têm hoje acesso, com a 'cultura multimédia' que daqui advém, e ainda com a carência ao nível das ofertas e dos espaços para o lazer e para a construção da autonomia (quer nos meios urbanos, quer nos sub-urbanos, quer nos rurais). Nesta linha, importa também considerar que as crianças – olhadas frequentemente mais como 'human becomings' do que 'human-beings' – não são uma realidade homogénea que se possa catalogar uniformemente. Assim, na concepção da oferta televisiva para o público infantil, há que considerar as especificidades, as necessidades e os interesses próprios de cada um dos segmentos que o compõe – uma das vertentes, identificada na análise das entrevistas, que integra o quadro de uma programação para a infância de qualidade.

Notas

¹ O programa português intitulado *Jardim da Celeste*, produzido e emitido pela RTP (estação de serviço público) especificamente para o público pré-escolar, contemplou uma experiência a este nível. Cada um dos 90 episódios era dedicado a um tema diferente. Os media foram o assunto principal de três episódios – o número 13 versou sobre 'os meios de comunicação', o número 57 sobre a 'educação para os media' e o número 82 sobre 'as novas tecnologias. O episódio 68 foi ainda dedicado à 'educação para o consumo'. De forma lúdica e numa linguagem acessível às crianças, estes episódios procuraram mostrar-lhes a importância que aqueles meios assumem hoje na vida delas, e dos cidadãos em geral, ao mesmo tempo que se lhes apresentava sugestões para lidar com eles de forma mais crítica e selectiva.

Referências

- ALEXANDER, A., HOERRNER, K., & DUKE, L. (1998): «What is Quality Children's Television?». *The Annals*, 557; 70-82.
- BLUMLER, J. & HOFFMANN-RIEM, W. (1993); «Nuevas Funciones para la Televisión Pública». In BLUMLER, J. (Ed.): *Television e Interes Publico*. Barcelona, Bosch Casa Editorial; 257-275.
- BLUMLER, J. (1993): «La Television Publica ante el Dilúvio Comercial». In BLUMLER, J. (Ed.), *Television e Interes Publico*. Barcelona, Bosch Casa Editorial; 21-38.
- BROADCASTING RESEARCH UNIT (1989): *Quality in Television – Programmes, Programme-Makers, Systems*. London, John Libbey & Company, Lda.
- BUCKINGHAM, D., DAVIES, H., JONES, K., & KELLEY, P. (1999): *Children's Television in Britain: History, Discourse and Policy*. London, BFI Publishing.
- Contrato de Concessão Geral de Serviço Público de Televisão, 22 de Setembro de 2003.
- DORR, A. (1989): *Television and Children: a Special Medium for a Special Audience*. London, Sage.

- HILLVE, P., MAJANEN, P., & ROSENGREN, K. (1997): «Aspects of Quality in TV Programming. Structural Diversity Compared Over Time and Space». *European Journal of Communication*, 12(3), 291-318.
- LASAGNI, C., & RICHERI, G. (1995): «La Qualité de la Programmation Télévisuelle: Points de Vue et Critères de Mesure dans le Débat International». *Réseaux*, 70 [Revista on-line: <http://www.enssib.fr/autres-sites/reseaux-cnet/>].
- LIVINGSTONE, S. (2002): *Young People and New Media*. London, Sage Publications.
- LULL, J. (1990): *Inside Family Viewing: Ethnographic Research on Television's Audience*. London, Routledge.
- MARIET, F. (1989): *Laissez-les Regarder la Télé*. Paris, Calmann Lévy.
- MORLEY, D. (1986): *Family Television: Cultural Power and Domestic Leisure*. London, Comedia.
- NIKKEN, P. (1999): *Quality in Children's Television*. PHD Dissertation at Leiden University, The Netherlands, 151 p.
- PEREIRA, S. (1999): *A Televisão na Família: Processos de Mediação com Crianças em Idade Pré-Escolar*. Braga, CESC / IEC.
- PONTE, C. (1998): *Televisão para Crianças: O Direito à Diferença*. Lisboa, Escola Superior João de Deus.
- POPPER, K. & CONDRY, J. (1995): *Televisão: Um Perigo para a Democracia*. Lisboa, Gradiva.
- ROSENGREN, K., CARLSSON, M., & TÄGERUD, Y. (1990): «Quality in Programming: Views from the North». A Report Commissioned for the NHK Forum on The Assessment of Quality in Broadcast Programming, Sweden, University of Lund.
- ST. PETERS, M., FITCH, M., HUSTON, A., WRIGHT, J., & EAKINS, D. (1991): «Television and Families: What do Young Children Watch with their Parents?». *Child Development*, 62, 1409-1423.
- WOLTON, D. (1994): *Elogio do Grande Público. Uma Teoria Crítica da Televisão*. Porto, Edições Asa.